

ARRUDA ALVIM

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

VOLUME 1

PARTE GERAL

3.^a edição
*Revista, ampliada e atualizada
de acordo com a Constituição
Federal de 1988*



EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO Á 2ª EDIÇÃO	5
NOTA Á 3ª EDIÇÃO	8
ABREVIATURAS	9
Capítulo I — DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
1. Denominação e âmbito	17
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária	20
3. Definição de Direito Processual Civil	20
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil	21
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil	30
6. Processo civil romano	31
7. Período das "legis actiones"	31
8. Período do processo formulário	32
9. Período da "extraordinaria cognitio"	33
10. Processo romano-barbárico	34
11. O processo comum na Itália	35
12. Período dos glosadores	35
13. Período dos pós-glosadores	36
14. Período da jurisprudência "cultá"	36
15. O processo comum na Alemanha	36
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito Brasileiro — O "Forum Juditium" ("Fuero Juzgo")	38
17. As Ordenações — Especialmente as Filipinas	38
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência	39
19. O Regulamento 737	39
20. A República e o processo civil — Os Códigos de Processo Civil Estaduais	40
21. A reunificação do processo civil	40
Capítulo II — REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
22. A reelaboração do Direito no século XIX	44
23. Autonomia do direito da ação	45
24. Moderna classificação das ações	46

25. O processo concebido como contrato ou quase contrato	47
26. O processo como instrumento predominantemente técnico	47
27. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito	48
28. O processo civil e o Direito Penal	48
29. O processo civil e o Direito Constitucional	50
30. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário	53
31. O processo civil e o Direito Civil	54
32. O processo civil e o Direito Comercial	54
33. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho	55

Capítulo III — AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34. Norma jurídica	57
35. Normas cogentes e dispositivas	59
36. Norma processual e norma substancial — Natureza da norma processual civil	60
37. Classificação das normas processuais civis	61
38. As fontes da norma processual civil	70
39. Competência para legislar sobre Direito Processual Civil	71
40. Normas processuais na Constituição Federal	72
41. Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual	74
42. Fontes subsidiárias da norma processual civil	75
43. Analogia	77
44. Costume	79
45. Os princípios gerais do Direito	80
46. A jurisprudência e o processo civil	81
47. Da interpretação das leis em geral	83
48. Interpretação da Lei Processual Civil	86

Capítulo IV — DA JURISDIÇÃO — O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49. O Estado de Direito	92
50. Sistema de jurisdição	95
51. Natureza da função jurisdicional e suas características	95
52. Os princípios fundamentais da jurisdição	97
53. A independência do Judiciário	99
54. O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito	102
55. Inconstitucionalidade de lei	103
56. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	106

Capítulo V — ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

57. A jurisdição voluntária	110
58. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	114
59. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	114
60. Órgãos judiciários	115

61. Regimentos dos tribunais	117
62. Organização judiciária	118
63. Normas disciplinadoras da organização judiciária	120
64. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a Lei do Processo	121
65. Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição	122
66. Competência interna dos tribunais	123
67. Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição	124
68. Auxiliares da justiça	125
69. Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil	128

Capítulo VI — DA COMPETÊNCIA

70. Jurisdição e competência	132
71. Definição de competência	136
72. A competência no quadro dos pressupostos processuais	138
73. Distinção entre incompetência e impedimento	140
74. A divisão tripartida da competência	141
75. Competência objetiva	142
76. Competência territorial	143
77. Competência funcional	144
78. Competência funcional recursal	145
79. Competência funcional nas fases do procedimento	145
80. Competência internacional e interna	145
81. Competência exterior e interior	146
82. Foro competente	147
83. Foro geral	147
84. Foros especiais	150
85. O artigo 95	150
86. O artigo 96	154
87. O artigo 97	156
88. O artigo 98	157
89. O artigo 99	157
90. O artigo 100	158
91. O artigo 101	165
92. Foro de eleição	165
93. Foro e juízo	169
94. Incompetência relativa	171
95. Incompetência absoluta	173

Capítulo VII — A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96. Competência do foro central e dos foros regionais	178
97. Competência afeta aos foros regionais	183

98. Competência das varas dos Registros Públicos	184
99. Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado	185

Capítulo VIII — A JUSTIÇA FEDERAL

100. Introdução	187
101. A Justiça Federal e a Constituição	188
102. A Justiça Federal e a sua lei	192
103. A jurisdição da Justiça Federal é absoluta	192
104. Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal	193
105. As sociedades de economia mista (onde haja capital federal) não se submetem à Justiça Federal	194

Capítulo IX — PREVENÇÃO — “PERPETUATIO IURISDICTIONIS” — CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106. Prevenção	195
107. Conexão de causas	198
108. Continência de causas	203
109. “Perpetuatio iurisdictionis”	204

Capítulo X — CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110. Introdução	208
111. O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais ...	208
112. Procedimento do conflito de competência	210

Capítulo XI — TEORIA DA AÇÃO

113. Os conflitos de interesse e as respectivas soluções	212
114. Noção de direito objetivo e de direito subjetivo	213
115. Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial	215
116. Nossa posição acerca do direito subjetivo	217
117. Teoria civilista a respeito da ação	220
118. Posição de Adolf Wach	220
119. Posição de Chiovenda	222
120. Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo	224

Capítulo XII — A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121. Definição de ação	229
122. As condições da ação em nosso Direito positivo	230
123. Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos — Declaratória e violação do direito	236
124. Declaratória e mero fato	237
125. Ação declaratória e reconvenção	237

126. Declaratória e cumulação de ações	238
127. Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses	238
128. Declaratória e falsidade de documento	239
129. A ação declaratória incidental	240
130. O papel do "fato" na teoria da ação	243
131. O conceito de mérito	245
132. O mérito e as condições da ação	246
133. Cumulação de pretensões	249
134. Concorrência de ações	254
135. Objeto litigioso ou lide	257
136. Elementos da ação	259
137. As partes e sua identificação	259
138. O objeto	260
139. Fundamento legal	262
140. Fundamentação jurídica e "causa petendi"	263
141. A "causa petendi" nas ações pessoais e nas ações reais	264

Capítulo XIII — ATO PROCESSUAL

142. Atos jurídicos e atos processuais	266
143. Classificação dos atos processuais	268
144. Forma dos atos processuais	273
145. As nulidades dos atos processuais	275

Capítulo XIV — O TEMPO NO PROCESSO

146. Prazos e preclusão	283
147. Os princípios informativos do processo e os prazos	284
148. Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão	285
149. Dos prazos e sua classificação	291
150. Da contagem dos prazos	293
151. Os prazos mais importantes	295
152. Da preclusão	296

Capítulo XV — PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153. A relação jurídica processual	301
154. Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual	303
155. Requisitos da validade da relação jurídica processual	306
156. Pressupostos processuais negativos	311

Capítulo XVI — DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157. A moderna função do Ministério Público	313
158. Os princípios estruturais do Ministério Público	314
159. Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público	314
160. Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público	315

161. O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional	316
162. O Ministério Público e sua posição político-jurídica	317
163. Da atuação do Ministério Público	319

Capítulo XVII — DO ADVOGADO

164. Capacidade postulatória	329
165. A função do advogado	334
166. Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil	337
167. Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil	338

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	347
-----------------------------------	-----

STJ00031089 - V. 2

ARRUDA ALVIM



MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Vol. II

PROCESSO DE CONHECIMENTO

3.^a edição

Refundida

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS
SÃO PAULO — 1986

SUMÁRIO

Capítulo XVIII

DOS SUJEITOS DO PROCESSO

176.	Introdução	1
177.	Do juiz	1
178.	Conceitos de parte e de capacidade processual	4
179.	Análise do conceito de parte	6
180.	As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil	7
181.	Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora	8
182.	Capacidade processual e capacidade de ser parte	10
183.	Princípios regentes do tema das partes	11
184.	Representação dos incapazes — Necessidade de integração da capacidade processual	14
185.	Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	17
186.	O incapaz sem representante legal	18
187.	A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I)	18
188.	A figura do curador especial	20
189.	A capacidade processual do marido e da mulher	23
190.	Forma de ser sanado o vício de incapacidade	26

Capítulo XIX

REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

191.	Noções gerais	30
192.	A representação da União	31
193.	A representação dos Estados-federados	32
194.	A representação dos Municípios	33
195.	A representação do Distrito Federal	34
196.	A representação dos Territórios	34
197.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado	34
198.	A representação das paróquias da Igreja Católica	36

Capítulo XX

REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

199.	Introdução	38
200.	A representação da massa falida	38

201.	A representação das heranças vacante e jacente	39
202.	A representação do espólio	40
203.	A representação dos condomínios	41

Capítulo XXI

DO LITISCONSÓRCIO

204.	Conceito de litisconsórcio	43
205.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação	44
206.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47)	44
207.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material	45
208.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	46
209.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais)	46
210.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I)	47
211.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II)	48
212.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II)	48
213.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III, e 103)	48
214.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV)	49
215.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) — (art. 47)	50
216.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) — (art. 47)	53
217.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	55

Capítulo XXII

DA ASSISTÊNCIA

218.	Noções gerais acerca do instituto da assistência	63
219.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial	65
220.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial	68
221.	A posição do assistente no processo	72
222.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial	73
223.	A atividade do assistente	75
224.	Limites à atividade do assistente	77
225.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente	78
226.	O incidente de admissibilidade do assistente	79

Capítulo XXIII

DA OPOSIÇÃO

227.	Colocação do instituto	83
228.	Pressupostos de admissibilidade da oposição — Implicações da oposição admitida	84
229.	Processos que admitem oposição	85
230.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento	87
231.	O processamento da oposição	88
232.	A posição dos opostos em relação ao oponente	89
233.	A autonomia dos opostos	90
234.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição ..	90
235.	O indeferimento do pedido de oposição	91
236.	A sentença da oposição	91

Capítulo XXIV

DA NOMEAÇÃO A AUTORIA

237.	Noções necessárias à compreensão do instituto	93
238.	Definição	93
239.	Legitimação para a nomeação e procedimento	95
240.	A aceitação ou a recusa do nomeante pelo autor	97
241.	A aceitação ou a recusa do nomeado	97
242.	A responsabilidade por perdas e danos	97

Capítulo XXV

DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

243.	Noções gerais	100
244.	A hipótese do art. 70, I	104
245.	A hipótese do art. 70, II	105
246.	A hipótese do art. 70, III	108
247.	O ingresso do denunciado	115
248.	A posição do litisdenuciado	116
249.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	119
250.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	120
251.	As conseqüências da denunciação	124
252.	A denunciação da lide no procedimento sumaríssimo	125

Capítulo XXVI

DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

253.	Finalidade do chamamento ao processo	130
254.	As hipóteses de chamamento ao processo — Art. 77, I	131
255.	Art. 77, II	135

256.	Art. 77, III	133
257.	Procedimento para o chamamento	134
258.	Efeitos do chamamento	134
259.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	135

Capítulo XXVII

DA PETIÇÃO INICIAL

260.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial	140
261.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição ...	143
262.	Petição inicial e libelo	146
263.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	153
264.	A forma da petição inicial em nosso Direito	153
265.	O conteúdo da petição inicial — Declaração de vontade e declaração de ciência nela contida	153
266.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	154
267.	Do pedido	154
268.	Deferimento e indeferimento da petição inicial	158

Capítulo XXVIII

DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

269.	Considerações introdutórias	168
270.	Da citação	169
271.	Conceito de citação — Peculiaridades	176
272.	Dos efeitos da citação	178
273.	A falta de citação	181
274.	A nulidade da citação	182
275.	O comparecimento do interessado	184
276.	Destruição dos efeitos da citação	184
277.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa	185
278.	A citação é ato judicial	185
279.	Como se realiza a citação	185
280.	Das intimações	187

Capítulo XXIX

DA RESPOSTA DO RÉU

281.	Introdução	194
282.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa	197
283.	Função processual da contestação	198
284.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito	199
285.	Contestação e seu conteúdo processual	200
286.	Considerações introdutórias acerca das exceções	204
287.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade ...	205
288.	A exceção de incompetência	206

289.	A exceção de suspeição	207
290.	A exceção de impedimento	207
291.	A distinção entre suspeição e impedimento	207
292.	O procedimento da exceção de incompetência	208
293.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento	210
294.	O problema da não alegação no prazo	211
295.	Da reconvenção	212
296.	A reconvenção no Direito brasileiro, especialmente	213
297.	A autonomia da reconvenção	216
298.	A reconvenção e o procedimento sumaríssimo	218
299.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu	218

Capítulo XXX

DA REVELIA

300.	Introdução	225
301.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais	226
302.	Revelia e litisconsórcio	230
303.	Revelia e assistência	230
304.	Revelia e reconvenção	231
305.	Revelia e julgamento antecipado da lide	231
306.	A revelia e os procedimentos especiais	232
307.	A revelia nos processos cautelar e de execução	233
308.	Revelia e incompetência	234
309.	Revelia e a citação ficta	235

Capítulo XXXI

DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

310.	Introdução	237
311.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações	237
312.	Os arts. 264 e 294 do CPC — Distinção	238
313.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda	239
314.	Mudança dos fatos e mudança do direito	239
315.	Alteração do pedido e concordância do réu — Momento preclusivo	240
316.	Emenda do libelo	240

Capítulo XXXII

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

317.	Idéias gerais	243
318.	A suspensão necessária do processo	243
319.	A suspensão facultativa do processo	246
320.	A suspensão do processo e os atos urgentes	246

Capítulo XXXIII

DO JULGAMENTO CONFORME
O ESTADO DO PROCESSO

321.	Providências preliminares	248
322.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo	251
323.	Da extinção do processo sem julgamento de mérito	251
324.	O inciso I do art. 267	252
325.	O inciso II do art. 267	253
326.	O inciso III do art. 267	253
327.	O inciso IV do art. 267	255
328.	O inciso V do art. 267	255
329.	O inciso VI do art. 267	256
330.	O inciso VII do art. 267	257
331.	O inciso VIII do art. 267	258
332.	O inciso IX do art. 267	259
333.	O inciso X do art. 267	260
334.	O inciso XI do art. 267	260
335.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem julgamento de mérito	260
336.	O conteúdo do saneamento	260
337.	O saneamento do processo	262
338.	Julgamento antecipado da lide	263
339.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo	264

Capítulo XXXIV

CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

340.	Generalidades	269
341.	A prova e o problema da verdade	270
342.	A prova legal e a limitação do juiz	272
343.	Noção do conceito de prova	272
344.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo — Da extinção do processo	274
345.	Do julgamento antecipado da lide	274
346.	Rápida referência do Direito Civil	276
347.	O art. 141 do CC, em confronto com o art. 401 do CPC	276
348.	A validade de documento entre as partes e terceiros — O documento, sua data e dúvida a respeito	277
349.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca	279
350.	A atividade probatória e a sentença	279

Capítulo XXXV

A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES
DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

351.	A prova e o princípio dispositivo	284
352.	A prova e o princípio da oralidade	285

353.	O subprincípio da identidade física do juiz	286
354.	O subprincípio da concentração dos atos processuais	288
355.	O subprincípio da imediatidade	288
356.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado (<i>rectius</i> por apelação) das interlocutórias	289
357.	O debate oral	290

Capítulo XXXVI

CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

358.	Classificação das provas	292
359.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito	292
360.	Classificação das provas tendo em vista o objeto	293
361.	Classificação das provas tendo em vista a forma	296

Capítulo XXXVII

ÔNUS DA PROVA

362.	Introdução	298
363.	Distinção entre ônus e obrigação	299
364.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	299
365.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório	300
366.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova ...	301
367.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	302
368.	Momento do funcionamento do ônus	303
369.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	303
370.	O ônus da prova e a revelia	304
371.	A confissão e o ônus da prova	305
372.	A falsidade de documento e o ônus da prova	305
373.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova	306

Capítulo XXXVIII

MOMENTOS DA PROVA

374.	Introdução	309
375.	Especificamente os momentos da prova	309
376.	Procedimentos probatórios especiais	311
377.	Os momentos da prova no procedimento sumaríssimo	312

Capítulo XXXIX

DA PROVA DOCUMENTAL

378.	Generalidades	315
379.	Definição de documento	316
380.	Os autores intelectual e material do documento	316

381.	O conteúdo e a eficácia do documento	316
382.	A forma como sendo da substância do documento	318
383.	O documento em regra, é prova pré-constituída	320
384.	Classificação dos documentos — Aspectos gerais	321
385.	Os documentos e a autenticidade	323
386.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade	324
387.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos ...	324
388.	Instrumentos e documentos particulares — Distinção específica	325
389.	Documento e sua data	325
390.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento — Distinção	326
391.	O valor probante dos documentos	326
392.	Da exibição de documento cu coisa — Generalidades	329
393.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição	330
394.	Das partes e de sua legitimidade	331
395.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa	331
396.	A recusa fundada de exibição	332
397.	Efeitos sobre a parte tendo em vista a não exibição	332
398.	Efeitos sobre terceiros tendo em vista a não exibição	333
399.	Dos recursos	333
400.	A produção da prova documental e o procedimento	333

Capítulo XL

DA PROVA TESTEMUNHAL

401.	Esboço teórico a respeito da prova testemunhal	338
402.	Testemunha e parte — Distinção	339
403.	Testemunha e perito — Distinção	339
404.	Do valor da prova testemunhal	340
405.	A técnica de inquirição	341
406.	O sujeito da prova testemunhal	342
407.	Conceito de testemunha	342
408.	Da obrigação de testemunhar	343
409.	Quem pode ser testemunha	344
410.	Obrigações e direitos da testemunha	348
411.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal	349
412.	Procedimento da prova testemunhal	351
413.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas	355
414.	A substituição de testemunhas	356

Capítulo XLI

DO DEPOIMENTO PESSOAL

415.	Idéias gerais	358
416.	Definição	364

417.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso	365
418.	Procedimento do depoimento pessoal	367
419.	Depoimento pessoal e confissão	368

Capítulo XLII

DA CONFISSÃO

420.	Escorço teórico sobre a confissão	371
421.	Conceito de confissão	372
422.	Elementos da confissão	374
423.	Espécies de confissão	377
424.	Efeitos da confissão	377
425.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão	378
426.	Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo ...	378
427.	Revogação da confissão	379

Capítulo XLIII

DA PROVA PERICIAL

428.	Conceito de perícia	381
429.	Do cabimento da prova pericial	381
430.	Momento do pedido da prova pericial	384
431.	O juiz e o resultado da perícia	384
432.	Perícia — Requisitos e realização	385
433.	A perícia e o perito	390
434.	O perito e a sua responsabilidade	391

Capítulo XLIV

DA INSPEÇÃO JUDICIAL

435.	Idéias gerais	393
436.	A participação de peritos na inspeção	394
437.	A presença das partes na inspeção	395
438.	A documentação da inspeção	395

Capítulo XLV

INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

439.	Diferença entre prova direta e indireta	397
440.	Distinção entre presunção "hominis" e presunção legal	399
441.	Presunção	399
442.	Espécies de presunção	400
443.	As presunções legais — Aspecto histórico	402
444.	As presunções do homem	402
445.	Valoração das presunções do homem	403

446.	A presunção do homem e a prova contrária	404
447.	A prova <i>prima facie</i>	404
448.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova	406

Capítulo XLVI

DA AUDIÊNCIA

449.	Introdução	407
450.	Da conciliação	408
451.	Problemas teóricos em torno da audiência	410
452.	Atos que antecedem a audiência	411
453.	O adiamento da audiência	412
454.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa	412
455.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público	413
456.	Audiência e a identidade física do juiz	414
457.	A audiência no procedimento sumaríssimo	415

Capítulo XLVII

DA SENTENÇA

458.	Generalidades sobre sentença	420
459.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida ...	422
460.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei	425
461.	Natureza jurídica da sentença	428
462.	Efeitos da sentença	428
463.	Sentenças processuais e de mérito	429
464.	Sentenças classificadas por sua eficácia	430
465.	Sentença declaratória	431
466.	Sentença constitutiva	432
467.	Sentença condenatória	435
468.	Sentenças mandamentais	436
469.	Sentenças dispositivas	437
470.	Sentenças complexas	439
471.	A sentença: sua intelocção e seus elementos	439
472.	Relatório	440
473.	A sentença e a respectiva fundamentação	442
474.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença	443
475.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	444
476.	A sentença <i>extra petita</i>	446
477.	A sentença <i>ultra petita</i>	449
478.	A sentença e o julgamento em face do pedido genérico	450
479.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito intertemporal	450
	Artigos de lei citados	457
	Índice remissivo	467